

DESIDENTIFICAÇÕES DE GÉNERO: PERFORMANCES SUBVERSIVAS

Rita Grave*, João Manuel de Oliveira** e Conceição Nogueira***

Resumo

Com o objetivo de compreender o modo como as pessoas com expressões de género não normativas vivem, sentem e experienciam os seus géneros, foram realizadas entrevistas a oito pessoas com expressões de género não normativas, recorrendo ao método narrativo interpretativo biográfico. Das principais conclusões, destaca-se a forma como a diversidade de experiências conflui com os processos de resistência *queer*, propondo a desconstrução do género. As desidentificações de género são as estratégias que permitem fazer os géneros diversos, em não conformidade com a norma, trabalhando em, com e contra a ideologia dominante no limbo da normatividade, isto é, o não lugar social pela inconformidade de género.

Palavras-chave: Desidentificação, género, performatividade, *queer*.

Abstract

Gender Disidentifications: Subversive performances

In order to understand how people with non-normative gender expressions live, feel and experience their genders, eight interviews were carried out with people who attempt non-normative gender expressions, using the biographic-narrative interpretive method. The main conclusions are the way the diversity of experiences converges with queer resistance processes, proposing the deconstruction of gender. Gender disidentifications are the strategies that make it possible to do the diversity of genders, in a non-compliance with the norm, working in, with and against the dominant ideology, in the limbo of normativity, that is, the social non-place due to gender nonconformity.

Keywords: disidentification, gender, performativity, *queer*.

* Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, 4200-135 Porto, Portugal.

Endereço Postal: FPCE.UP, Rua Alfredo Allen, Porto, 4200-135 Porto, Portugal.

Correio eletrónico: aritagrave@gmail.com

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-5659-9556>

** Departamento de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil/Centro de Investigação e Intervenção Social do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Portugal.

Endereço postal: Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Campus Universitário — Trindade, CEP 88.040-970 — Florianópolis, Santa Catarina — Brasil.

Correio electrónico: joao.m.oliveira@gmail.com

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-2793-2946>

*** Grupo de Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, 4200-135 Porto, Portugal.

Endereço Postal: FPCE.UP, Rua Alfredo Allen, Porto, 4200-135 Porto, Portugal.

ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0002-9152-754X>

Résumé

Désidentifications de genre: performances subversives

Afin de comprendre comment les personnes ayant des expressions de genre non normatives vivent, sentent et expérimentent leurs genres, huit personnes qui ont des expressions de genre non normatives ont été interviewés, en utilisant la méthode d'interprétation narrative biographique. Les principales conclusions sont la manière dont la diversité des expériences converge avec les processus de résistance *queer*, proposant la déconstruction du genre. Les désidentifications de genre sont les stratégies qui permettent faire la diversité des genres, en non-respect de la norme, travaillant en, avec et contre l'idéologie dominante, dans les limbes de la normativité, c'est-à-dire, le non-lieu social de la non-conformité entre les genres.

Mots-Clés : Désidentification, genre, performativité, *queer*.

Introdução

O género é um rizoma cujas genealogias contam um percurso de experiências atribuladas (Oliveira 2012). Uma das suas possíveis origens implica o inerente paradoxo da «correção» dos corpos considerados ambivalentes (Butler 2004), em alguns casos intersexo e trans* (Fausto-Sterling 2000; Platero 2014), em compromisso com a institucionalização da ordem de género (Oliveira, Costa e Carneiro 2014). O género é um conceito que também passou pelas explorações feministas que implicaram mudanças na representação do que conta como género (Nogueira 2017). Teresa De Lauretis (1987) apresenta uma conceção do género como uma tecnologia política que, através de vários desdobramentos, produz determinados efeitos nos corpos, nos comportamentos e nas relações sociais.

Judith Butler (2017) introduz a performatividade como a modalidade discursiva que constrói os sujeitos. Tal *performatividade* implica a repetição de atos de *performance*, individuais e/ou coletivos, em resposta a um modelo dominante, o heteronormativo, ou seja, a experiência discursiva social que (nos) regula e que é orientada por uma inteligibilidade hegemónica no plano do reconhecimento, baseada nas estruturas polarizadas que pressupõem o sexo binário e a heteronormatividade¹ (Butler 2004, 2017). Esta repetição produz determinados efeitos, incluindo uma ilusão de substância e de interioridade do género (Butler 2017).

As expressões normativas de género compreendem os mecanismos através dos quais as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, a par das formas intersticiais, hormonais, cromossómicas, físicas e performativas que as normas de género querem ler como naturais (Butler 2004). No entanto, até

¹ O termo *heteronormatividade* foi proposto por Warner (1991). Trata-se de um conjunto de prescrições de regulação e controlo inscritas nos processos sociais, o fundamento social contemporâneo, a norma das relações humanas, ou seja, a ordem que exige a coerência total entre um sexo, um género e um desejo/prática apresentados como exclusivamente heterossexuais (Butler 1999; Spargo 1999; Berlant e Warner 2002).

performances subversivas de género não se posicionam fora da norma. Não existe um *fora da norma*, existem possibilidades de ressignificação e subversão, estratégias paródicas da naturalidade da natureza do género, mas elas não se situam fora da matriz de inteligibilidade do mesmo (Butler 2017). Neste trabalho, acompanhámos algumas dessas *performances* que parodiam a norma de género. Assim, perspetivam-se expressões de género que desafiam as suas normas, pela paródia que oferecem dessa cópia sem original que o género constitui.

As masculinidades femininas e as feminilidades masculinas

A hegemonia masculina concretiza, sobre as pessoas cujo sexo atribuído à nascerença foi o masculino (pelas normas de género, também elas estéticas), o controlo através da socialização pela imposição de uma agência que implica o afastamento daquilo que é considerado feminino (Marques 2011). Assim, «na socialização masculina, para ser homem, é necessário não ser associado a uma mulher» (Welzer-Lang 2001, 465), enquanto na socialização feminina parece existir uma maior permeabilidade nas fronteiras dos comportamentos e expressões de género (Amâncio 1994). No binarismo de género, que constitui uma parte fundamental das normas de género, as subversões no género feminino tendem a ser mais facilmente toleradas do que as subversões no género masculino, por não existirem normas tão rígidas nas feminilidades como nas masculinidades (Halberstam 1998). Tal organização social acontece pois a categoria expectável para o universo das masculinidades é hegemónica e «dominante» (Connell 1987). Desta forma, a *masculinidade hegemónica* assemelha-se a um «olhar avaliativo de feminilidade, mas igualmente vigilante de expressões da masculinidade, um verdadeiro *big brother* orwelliano da ordem social de género» (Amâncio 2004, 23). Na feminilidade, é a subordinação ao grupo masculino o pilar essencial de diferenciação, com conformidade, orientação e acomodação da ordem de género (Amâncio 2004). Este feminino foi denominado por Connell (1987) como *feminilidade enfatizada*.

Contudo, outras formas ganham força, definidas pelas estratégias de resistência, são as formas da não conformidade, assim como da não subordinação (Connell e Messerschmidt 2005). No entanto, quando as normas de género são ressignificadas e exibidas masculinidades femininas, assim como feminilidades masculinas, será grande a probabilidade de as pessoas com expressões de género não normativas se tornarem alvo de estigma e sanção social (Schippers 2007). Não obstante, as masculinidades e as feminilidades não são atributos rígidos dos corpos masculinos e femininos (Carneiro 2009), pelo que existem múltiplas possibilidades para fazer as diversas expressões de género, dependentes de contextos, histórias, culturas e respetiva fluidez (Oliveira *et al.* 2014). Desta forma, deslocamo-nos para um posicionamento teórico que pretende pensar os processos de normalização dos corpos (Louro 2001). E um desses lugares é a teoria *queer*.

Queer pode funcionar como substantivo, adjetivo ou verbo, contudo, em todos os casos, define-se como uma crítica ao normativo. O conceito descreve a diversidade de práticas e de prioridades críticas (Spargo 1999), compreendendo que as operações políticas desse género-tecnologia se consubstanciam através de «identidades sexuais» e de categorias, pelo que desconstruir e recusar qualidades identitárias é a chave para a resistência (Louro 2001). A política *queer* recusa a «identidade natural» (homem/mulher) e rejeita as definições pelas práticas (heterossexual/homossexual), pelo que se fundamenta na multiplicidade de corpos que se levantam contra os regimes que constroem os «normais» e os «anormais» (Preciado 2011).

Embora o termo *queer* contenha, nas suas origens, conceptualizações insultuosas que remetiam à noção de estranheza (Butler 1993), a sua evolução permitiu atribuir novos significados ao conceito (Louro 2001). Desde as críticas desconstrutivas sobre as categorias «mulher» e «homem» como políticas do patriarcado (De Lauretis 1987; Wittig 2006), *queer* pode ser visto como uma leitura sobre a crítica das identidades essencialistas, fixas e inflexíveis, antes de mais, uma recusa dos modelos identitários como modo único de pensar os géneros, as sexualidades e os desejos, recusando o binarismo institucionalizado (Sedgwick 1990). Assim, um dos modos de produzir uma crítica *queer* poderá ser um exercício de pensar o inverso das identidades – a resistência ao identitário.

José Esteban Muñoz (1999) fala do processo de desidentificação, ou seja, as estratégias de resistência e de sobrevivência dos sujeitos que, por serem minoritários na cultura hegemónica, sentem as hostilidades da esfera pública. Trata-se do processo de identificação subversiva, reproduzida por performances culturais que produzem a conjugação entre o modelo de identificação da hegemonia, aquele que sanciona, e a sua atualização reconstruída como prática da ironia e da crítica. Muñoz (1999) refere-se a pessoas e grupos minoritários com experiências identitárias fraturadas, que, em vez de assimilar a ideologia dominante ou de simplesmente fugir e se revoltar contra a mesma, desidentificam-se num «trabalhar com e contra», uma estratégia que tenta transformar uma lógica cultural a partir de dentro, trabalhando arduamente no sentido de promulgar alterações, mudanças estruturais e, ao mesmo tempo, valorizando a importância das lutas constantes da resistência. Assim, as desidentificações oferecem um prisma simbólico que exhibe múltiplos níveis de desempenho das fronteiras identitárias e que tanto trabalham com como contra as construções normativas (Eguchi e Asante 2016), pelo que permitem que os sujeitos minoritários utilizem o código da maioria para fortalecer uma posição marginalizada, que foi historicamente construída como impensável ou impossível (Muñoz 1999).

O pensamento *queer* convida a embarcar na jornada das investigações expandidas sobre interseccionalidades e antinormalização (Crenshaw 1989; Eng, Halberstam, e Muñoz 2005). *Queer*, como multiplicidade, inclui existências sexuais, de género, sociais e culturais que se localizam fora do sistema heteronormativo (Halberstam 2005).

Metodologia

Participantes

Os/as participantes deste estudo são pessoas com expressões de género não normativas. O recrutamento aconteceu por conveniência, em grupos sociais *online* associados com expressões de género não normativas e recorrendo ao método *snowball*, técnica através da qual as pessoas participantes iniciais de um estudo indicam novas pessoas participantes, que, por sua vez, indicam novas pessoas participantes e assim sucessivamente (Goodman 1961).

Foram entrevistadas oito pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 45 anos, com estilos de género não normativos e que afirmam desafiar o conceito *género binário*. Foi entregue e assinada, reciprocamente, uma declaração de consentimento informado, pelo que todas as pessoas foram devidamente esclarecidas sobre a investigação e os seus propósitos, assim como consentiram participar na mesma. Todos/as os/as entrevistados/as vivem em Portugal desde a primeira infância² nos grandes centros urbanos das Regiões Norte e Centro. Após as entrevistas, cada pessoa preencheu um registo pessoal sociodemográfico contendo, entre outras, a solicitação para a descrição da sua experiência de género. A autoidentificação e/ou autodesidentificação de género de cada participante foi transcrita na íntegra para a Tabela 1, que sistematiza as suas caracterizações. Note-se que se trata de nomes fictícios.

O recrutamento findou por saturação teórica, momento em que as entrevistas e respetivos dados de investigação atingem um nível que, na perspetiva dos/as investigadores/as, não acrescenta informação relevante, tendo em conta os objetivos e a questão de investigação (Fontanella, Ricas, e Turato 2008).

Tabela 1.
Caracterização das pessoas participantes

Participante	Idade	Autoidentificação e/ou Autodesidentificação de género
Adriel	20	Gender non-conforming = queer
Blaine	25	Masculino/feminino
Camil	26	Feminino
Dallas	27	Não binário
Estel	29	Masculino/feminino = gender fluid
Fabi	36	Masculino
Glen	44	Não binário
Halmir	45	Fluid@ de géneros

² Seis pessoas têm nacionalidade portuguesa e duas apresentam dupla nacionalidade, cujas especificidades não serão reveladas no sentido de preservar o sigilo e o anonimato dos/as participantes. Apesar de dois registos civis apresentarem dupla nacionalidade, todas as pessoas vivem em Portugal desde a primeira infância.

Procedimentos

O método interpretativo narrativo biográfico ou Biographic-Narrative Interpretive Method (BNIM) (Wengraf 2004, 2015) afigurou-se como o procedimento de recolha de dados mais indicado para este estudo, pois permite aceder a narrativas que expressam tanto questões individuais, como culturais, sociais, históricas e contextuais dos sujeitos (Wengraf 2015). É uma entrevista próxima do tipo não estruturada, sendo sobretudo a/o participante quem domina a condução da mesma. A partir da questão inicial, foram os/as participantes a selecionar os assuntos que desejaram abordar e na ordem que entenderam, tal como está previsto pela metodologia de entrevista BNIM (Wengraf 2004, 2015), pelo que possibilitou partir de um espaço o mais *queer* possível para alcançar o *queer* tanto quanto possível. Depois, avançou-se para a subsessão seguinte e, através de um *follow-up* narrativo, foram detalhadamente reevocados acontecimentos, experiências, sentimentos e vivências previamente enunciados pelas pessoas participantes. A segunda entrevista, de carácter opcional, não foi realizada. As entrevistas tiveram uma duração média de duas horas, todas foram gravadas em formato áudio e posteriormente realizada a transcrição *verbatim*.

Estratégia analítica

Os dados da investigação suportaram a análise temática de dados qualitativos, com o objetivo de identificar, analisar e relatar padrões nos dados de investigação, potenciando a compreensão dos significados explícitos ou implícitos nos discursos dos/as participantes (Braun e Clarke 2006, 2013). A escolha do método de análise prende-se com o posicionamento epistemológico transversal ao presente estudo. Parte-se de uma perspetiva construcionista social (Gergen 1994; Burr 1995), não essencialista e não positivista (Braun e Clarke 2006), que destaca a importância da interação social e da linguagem, pela consideração dos significados vividos, produzidos e reproduzidos socialmente (Burr 1995).

Análise e Discussão dos Resultados

No processo analítico, foi possível identificar três temas principais, a saber, o *contexto social*, as *resistências* e os *limbos da normatividade*, sendo que o conteúdo temático converge para o organizador central, as *desidentificações de género*. É importante reter que a leitura do processo analítico só faz sentido se considerada a sua múltipla interligação, pelo que todos os elementos da análise se relacionam entre si numa rede temática.

Contexto social

Partindo do dimorfismo essencialista que organiza a ordem de gênero no social ocidental contemporâneo (Segal 1999), quando o gênero é feito segundo a ordem bipolar que organiza a masculinidade em oposição à feminilidade (Amâncio 1994), está a acontecer a produção e institucionalização de desigualdades (West e Zimmerman 1987). Por conseguinte, quando há vidas que escapam ao processo de produção e normalização dos gêneros, os seus corpos colocam-se em risco por desobedecerem à orientação normativa, aumentam a probabilidade da ininteligibilidade das suas experiências, mas também revelam possibilidades de transformação das normas (Bento 2011). É esta a assunção transmitida nos discursos das pessoas participantes.

O contexto social surge como o lugar onde acontecem as reações e os constrangimentos, às vezes até maus-tratos sociais:

Falo de perseguições, de... pois, injúrias e maus-tratos quotidianos, dia a dia e, às vezes, mais do que uma vez por dia. [...] hum... sermos diariamente perseguidos com pedras. Da outra vez foi uma tentativa de... era uma espécie de um... Atiraram-nos uma espécie de um produto para os olhos que podia ter dado cegueira. (Halmir)

Destaca-se, também, como o contexto onde acontecem relações com pessoas cooperantes, ou não, com a subversão de gênero, por conseguinte, o espaço onde podem ocorrer as adaptações dos comportamentos subversivos de gênero:

de vez em quando não pintava propriamente os olhos de uma forma carregada, mas sujava-os... e ninguém percebia muito bem se eu estava com os olhos pintados ou se estava só com uma noite mal dormida. (Fabi)

É no espaço público que a relação com o mundo social se concretiza, o contexto onde acontecem as consequências sociais, perante as desobediências às normas de gênero, que os/as participantes experienciam (Oliveira 2017). Os constrangimentos, as reações e os maus-tratos sociais são relatados pelos/as entrevistados/as tendo em conta as agências subordinadas, dominadas e legitimadas que as suas experiências tomam, pois acontecem em relação e oposição a modalidades que fazem parte de um sistema hegemónico (Connell e Messerschmidt 2005). As vivências dos/as participantes espelham a forma como as normas regulatórias de gênero são capazes de oprimir (A. L. Santos 2013), uma vez que retiram poder a qualquer corpo que não as assuma (Oliveira *et al.* 2014):

eu sei que mesmo que eu esteja com uma roupa mais normativa [...] eu sei que ainda assim vai haver aspetos da minha imagem que vão ser chamativos no sentido mais negativo, no sentido de... haver gente a comentar, a rir, a insultar etc. (Adriel)

Os constrangimentos sociais são difundidos, nas palavras dos/as entrevistados/as, como normas de género que balizam comportamentos, gestos, apresentações, vestuário, entre outras formas de experienciar o corpo (Butler 1999, 2004). As/os participantes afirmam sentir, no espaço público, não só os constrangimentos, mas também as reações diretas perante as transgressões de género. Os maus-tratos sociais são relatados como formas de violência social, insultos, injúrias, exclusões, *bullying*, entre outras formas de agredir o agente social que não faz parte da norma. São as formas de estigmatização e discriminação experienciadas pelas pessoas com expressões de género não normativas (Elze 2006; Gallo 2016):

a sociedade é que faz aquela pressão, a sociedade é que faz *bullying*, a sociedade é que cria aquelas pressões sociais e uma pessoa sente-se superdesconfortável quando não encaixa na sociedade, porque a sociedade não aceita e [...] podes sofrer *bullying* no emprego, podes sofrer *bullying* na escola, na faculdade, só porque tens uma expressão de género diferente. (Dallas)

A referência a uma sociedade opressora remete para aquilo a que Muñoz (1999) chama de *ficção da identidade*, à qual a maioria dos sujeitos dos grupos dominantes tem fácil acesso, enquanto os sujeitos dos grupos minoritários precisam de estabelecer a relação com diferentes campos subculturais para ativar os seus próprios sentidos de si. Assim, percebe-se que é reduzido o espaço social para experienciar, com liberdade, as expressões de género não normativas, pois, nas questões do género, existe um pensamento social essencialista sobre as identidades do binarismo masculino/feminino que delimita a identificação com base em comportamentos, gestos, atitudes e vestuários polarizados em termos de género e, não só mas também, essencialmente heterossexual (Muñoz 1999).

Resistência

As pessoas participantes expõem a reação à normalização do que é considerado masculino e feminino, resistem aos determinismos que constituem o género (Butler 2004), recusam as suas normas e propõem a desconstrução dos géneros, com a heteronormatividade em questão.

As referências dos/as participantes são relativas à luta no combate à ordem de género na diversidade, na crítica, na oposição a tudo o que é normativo (Spargo 1999). As pessoas participantes resistem a um sistema que produz os «normais» e os «anormais», assim como recusam a «identidade natural» (homem/mulher) e as definições de práticas (heterossexual/homossexual) (Preciado 2011). Assim, apresentam as suas críticas face às identidades, fixas e inflexíveis (Clarke e Peel 2009), apresentam as suas narrativas *queer*, numa luta constante:

eu vejo isto de facto mais como quase uma obrigação que eu tenho perante a vida, perante as pessoas, perante aquilo que me rodeia de demonstrar que, quer dizer, que as pessoas são simplesmente seres humanos e que as coisas não se... não se esgotam no género [...]. E eu encaro a luta política no sentido em que eu verdadeiramente dou à palavra política, ou seja, no sentido público. (Glen)

Retomando Muñoz (1999), a desidentificação é uma estratégia de resistência para os sujeitos dos grupos minoritários. Tal como ficou explícito no discurso dos/as participantes, em alguns momentos a resistência precisa de ser direta e pronunciada. Noutras alturas, as/os protagonistas da resistência precisam de seguir um caminho no qual o foco é sobreviver ao mundo hostil da esfera pública. Mas, na maioria das circunstâncias, a desidentificação é uma estratégia de sobrevivência que opera simultaneamente dentro e fora da esfera pública dominante, pelo que são as desidentificações face aos estereótipos desorganizadores, desestabilizadores e mutilantes que os tornam passíveis de serem reciclados como poderosos e impulsionadores para a criação de um *self* empoderado pela apropriação dos mesmos estereótipos agora ressignificados (Muñoz 1999).

As/os participantes questionam a ordem social heteronormativa (Butler 1999; Spargo 1999), em referência à resistência face à *straight mind*, conceito proposto por Wittig (1990), e que diz respeito ao pensamento social heterossexual que desenvolve uma interpretação totalizante da história, da realidade, da cultura, da linguagem e, simultaneamente, de todos os fenómenos subjetivos com base na heteronormatividade:

é a leitura confusa do social sobre a orientação sexual, as famosas correspondências tidas como inequívocas e estabelecimentos de determinados tipos de linearidades entre a orientação sexual, o desejo, a prática, o sexo, etc. (Halmir)

As pessoas participantes propõem desconstruir e problematizar categorias e classificações identitárias binárias (Souza e Carrieri 2010), pelo que sugerem fazer feminilidades masculinas e masculinidades femininas (Halberstam 1998). Nos discursos dos/as entrevistados/as, propõe-se a desconstrução do género binário, organizado em dois polos distintos, através da fluidez e/ou da fusão do que é socialmente considerado masculino e feminino (Butler 1993, 2004), ilustrando a desidentificação como um processo de produção, um modo de performance, protagonizado por alguém que está em constante movimento «identitário» (Muñoz 1999).

A minha expressão de género é meio ambígua, eu flutuo bastante e jogo muito com esta desconstrução do que é o masculino e o feminino. (Adriel)

Ando pelos dois géneros, vou passando de um para o outro. É, sem dúvida, tenho um bocadinho dos dois géneros. (Blaine)

A proposta que sobressai nos discursos das pessoas participantes é a da importância em desconstruir a permanente oposição binária masculino-feminino, que sustenta as diferenças entre homens e mulheres, alicerçadas na lógica da dominação-submissão (Scott 1988). A par dos contributos de Foucault (1994) para a teoria da desidentificação, as narrativas participantes sustentam que a desidentificação negocia estratégias de resistência dentro do fluxo do discurso do poder (Muñoz 1999). O próximo excerto ilustra a desconstrução de género e a resistência à conceção de poder proposta pelos/as participantes, num horizonte de resistências *queer*:

eu gosto da ideia de um mundo em que esse género não é necessário e eu posso ser todos os géneros até ao ponto em que deixa de haver género, deixa de haver necessidade de distinguir ou de dizer é mulher, é homem... Não! É criatura humana! É um ser sensível, com emoções e coração. (Fabi)

Limbo da normatividade

Resultado do processo de normalização (Butler 2004), o discurso social tende a considerar as pessoas com expressões em não conformidade com as normas como «fora do lugar» (Bento 2011). Nos discursos dos/participantes, são destacados os limbos da normatividade (Grave, Oliveira, e Nogueira 2017), um não lugar social, ocupado pelos «géneros ininteligíveis», aqueles que fraturam a cadeia das normatividades e que passam a ser considerados na abjeção social (Junior 2012), sendo que, conseqüentemente, podem sentir o sofrimento inerente num risco que apresentam como constante:

Eu sei que vou usar a maquilhagem, eu sei que vou-me sentir super, superbem, mas eu sei que eu vou sair à rua e alguma coisa vai acontecer, tipo, no mínimo, a cada esquina que eu virar. (Adriel)

Pessoas com expressões de género não normativas, por viverem em conflito com as normas, tendem a desenvolver sensações de não pertença, perceções pessoais como impossibilidades de existência numa organização social de géneros binários (Bento 2011), sendo posicionadas no limite da inteligibilidade da humanidade (Butler 2004).

No sofrimento das subjetividades, os limbos da normatividade (Grave, Oliveira, e Nogueira 2017) são destacados pelos/as participantes como o não lugar de existência das suas expressões. Por serem não normativas, as expressões de género das pessoas participantes correm o risco de ser mal interpretadas, como questões de adaptação social ou questões de identidade mal resolvidas (Halberstam 1998) e, desta forma, perdem lugar social de existência e de expressão. Muñoz (1999)

acrescenta a carga emocional de intensa incorporação, sensação de diminuição, ameaça, perda, reparação e repúdio que adensam as sensações como as relatadas no seguinte excerto:

uma não aceitação de mim mesmo, e uma espécie de... ódio a mim mesmo... A depressão vinha muito ligada à falta de autoestima e a falta de autoestima tem muito que ver com uma espécie de não cumprimento ou de expectativas onde tu não consegues superar, não te consegues enquadrar, hum... sob uma série de parâmetros dos quais tu achas que são os ideais e que, por isso... Não sei, basicamente isto tinha muito que ver com uma total não aceitação de mim mesmo e, obviamente, não me aceitarem a mim também. [...] Depois, com essa depressão, também vinha uma espécie de estranha adição por esse sentido de tristeza, porque é quase uma espécie de lugar. (Estel)

Os limbos da normatividade convidam à intersecção com as performances desidentificatórias que acontecem nos circuitos subculturais dos grupos minoritários e que ambicionam ativar novas relações sociais que serão as impressões dos mesmos. Nas desidentificações, os sujeitos minoritários procuram trabalhar com/resistir perante as condições da (im)possibilidade que a cultura dominante produz. Ou seja, trata-se de uma negociação entre as disposições fixas da identidade e os códigos sociais disponíveis para estes sujeitos (Muñoz 1999).

Desidentificações de género

Os elementos da investigação convergem na proposta de desidentificação de género, na qual o sujeito não assimila a norma, mas também não se limita a rejeitar o sistema normativo (Eguchi e Asante 2016). Em referência às barreiras ideológicas que, pelo processo de difusão das normas, restringe os sujeitos (Crenshaw 1989), a desidentificação é apresentada como uma estratégia de sobrevivência empregada pelos sujeitos minoritários para resistir e confundir os padrões sociais dominantes da identificação (Muñoz 1999).

Essa subversão acontece porque eu... eu só lhe chamo subversão ou não norma porque de facto eu nunca consegui entender o porquê dessa norma. [...] E, portanto, era impossível não fazer isso, era uma coisa... A sensação que eu tinha era: se eu não fizer isso eu deixo de respirar, se eu não quebrar as normas eu deixo de respirar. (Halmir).

A desidentificação é o processo que vai além das resistências, vai além da inconformidade com as normas, vai além da rejeição do sistema. A desidentificação é a forma de taticamente e simultaneamente trabalhar com e contra a normatividade, é também uma forma de sobrevivência (Muñoz 1999). Deste modo, as/

os participantes do estudo apresentam propostas de desidentificação do género, propondo desconstruir o conceito, propondo a transformação, a construção de um novo lugar, o (re)trabalhar das energias de revolta e luta contra o sistema dominante, uma forma de aceitação da necessária interjeição que ocorreu nas situações de resistência. (Muñoz 1999):

então se há realmente um problema com eu apresentar-me desta forma, então eu vou realmente apresentar-me desta forma o máximo que eu conseguir [...] e ao pegar nisso sinto-me superbem, sinto-me superpoderoso, porque sinto que estou a fazer para mim e para os outros. (Adriel)

No limbo da normatividade (Grave, Oliveira, e Nogueira 2017), as desidentificações de género ilustram a complexa e dinâmica (des)identificação interseccional, oferecendo um prisma simbólico de leitura e ação, num contexto social de normas de género binárias, rígidas e opressoras das experiências *queer* da diversidade. Assim, um prisma de resistências, de inconformidades com as normas, de propostas de desconstrução do género. Um processo que destaca a ideologia dominante, desconstrói e reconstrói a mensagem normativa, mais ainda, descodifica a mensagem encriptada culturalmente e atribui-lhe um novo código, um novo significado, no sentido de empoderar experiências minoritárias, não normativas, culturalmente compreendidas como difusas e que encontram o seu lugar com e na desidentificação (Muñoz 1999; Eguchi e Asante 2016; A. C. Santos, 2018).

Conclusão

Com a presente investigação propusemos explorar as vivências, as perspetivas e as experiências de pessoas com expressões de género não normativas, com o objetivo de compreender o modo como as pessoas com expressões de género não normativas vivem, sentem e experienciam os seus géneros.

Do processo analítico resultou uma rede temática que se organiza, essencialmente, em torno do *contexto social*, das *resistências* e dos *limbos da normatividade*, em convergência com as *desidentificações de género*.

As experiências dos/as participantes permitiram perceber que a diversidade dos géneros em reflexão se afasta de uma conceção identitária sobre o género (Lev 2004). São relatadas experiências de despolarização de géneros, ou seja, subversões de géneros que recusam as normas binárias (A. L. Santos, 2013). A proposta é a da alteração da ordem social heteronormativa (Spargo 1999), a fluidez de existências num horizonte de possibilidades *queer* (Butler 1993). As narrativas *queer*, expressas neste estudo, revelam as circulações de poder hegemónicas e sugerem formas de resistência, apelando à eliminação de categorias fixas de pertença (Muñoz 1999; Eguchi e Asante 2016).

Num contexto social, espaço de restrições e opressões de género, sugerem-se resistências ao sistema normativo que enviam as pessoas participantes para um outro lugar convergente com o processo de desidentificação (Muñoz 1999).

Das principais conclusões, destaca-se o complexo processo de desidentificação (Muñoz 1999) face às relações de poder, opressão e privilégio hegemónicas (Eguchi e Asante 2016), estratégias de resistência e sobrevivência, recusas do género normativo (Butler 1999), ações que atuam dentro e fora da esfera pública dominante e que provocam a sensação de estar fora do lugar (Muñoz 1999).

São também avançadas as subversões de género que sugerem a fluidez ou fusão daquilo que é socialmente considerado feminino ou masculino. Perante uma organização social de normas de género que geram constrangimentos e reações, as subjetividades das pessoas participantes mostram ocupar o limbo da normatividade (Grave, Oliveira, e Nogueira 2017), o não lugar social, pelo facto de se expressarem em inconformidade com o sistema normativo. Um lugar de sofrimentos que salientam as dissemelhanças que o impulso da normalização circunscreve nos corpos designados à nascença femininos ou masculinos (Connell 1987; Amâncio 2004; A. L. Santos 2013). As resistências *queer* das vidas participantes são a luta perante o sistema de normas de género, são a proposta de desidentificação de género.

Referências bibliográficas

- Amâncio, Lígia. 1994. *Masculino e feminino: A construção social da diferença*. Porto: Edições Afrontamento.
- Amâncio, Lígia. 2004. «A(s) masculinidade(s) em que-estão». In *Aprender a ser homem: construindo masculinidades*, organizado por Lígia Amâncio, 13-27. Lisboa: Livros Horizonte.
- Bento, Berenice. 2011. «Na escola se aprende que a diferença faz a diferença». *Estudos Feministas* 19 (2), 549-559. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200016>.
- Berlant, Laura, e Michael Warner. 2002. Sexo en Público. In *Sexualidades transgresoras: Una antología de estudios queer*, organizado por Rafael M. Mérida Jiménez, 229-257. Barcelona: Icaria.
- Braun, Virginia, e Victoria Clarke. 2006. «Using thematic analysis in psychology». *Qualitative Research in Psychology* 3: 77-101. DOI: <https://doi.org/10.1191/1478088706qp0630a>.
- Braun, Virginia, e Victoria Clarke. 2013. *Successful qualitative research: A practical guide for beginners*. Los Angeles: Sage.
- Burr, Vivien. 1995. *An introduction to social constructionism*. London: Routledge.
- Butler, Judith. 1993. *Bodies that matter: On the discursive limits of "sex"*. New York: Routledge.
- Butler, Judith. 1999. *Gender trouble: Feminism and the subversion of identity*. Ed. rev. New York: Routledge.
- Butler, Judith. 2004. *Undoing gender*. New York: Routledge.
- Butler, Judith. (1990) 2017. *Problemas de género*. Lisboa: Orfeu Negro.
- Carneiro, Nuno Santos. 2009. «Homossexualidades» uma psicologia entre ser pertencer e participar. Porto: Livpsic.

- Clarke, Victoria, e Elizabeth Peel. 2009. «From here to queer? Pitfalls and possibilities». *ex aequo*, 20: 41-53.
- Connell, Raewyn. 1987. *Gender and power: Society, the person, and sexual politics*. Cambridge: Polity Press.
- Connell, Raewyn, e James Messerschmidt. 2005. «Hegemonic masculinity: Rethinking the concept». *Gender & Society* 19 (6): 829-859. DOI: <https://doi.org/10.1177/0891243205278639>.
- Crenshaw, Kimberlé. 1989. «Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics». *University of Chicago Legal Forum* 1989 (1): 139-167. Disponível em: <http://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>.
- De Lauretis, Teresa. 1987. *Technologies of gender: Essays on theory, film and fiction*. Bloomington, IN: Indiana University Press.
- Eguchi, Shinsuke, e Godfried Asante. 2016. «Disidentifications Revisited: Queer(y)ing Intercultural Communication Theory». *Communication Theory* 26 (2): 171-189. DOI: <https://doi.org/10.1111/comt.12086>
- Elze, Diane. 2006. Oppression, prejudice, and discrimination. In *Sexual orientation e gender expression in social work practice: Working with gay, lesbian, bisexual e transgender people*, organizado por Deana Morrow e Lori Messinger, 129-149. New York: Columbia University Press.
- Eng, David, Judith Halberstam, e José Esteban Muñoz. 2005. «What's queer about queer studies now?» *Social Text* 23 (3-4): 1-17.
- Fausto-Sterling, Anne. 2000. *Sexing the Body: Gender politics and the construction of sexuality*. New York: Basic Books.
- Fontanella, Bruno José Barcellos, Janete Ricas, e Egberto Ribeiro Turato. 2008. «Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: Contribuições teóricas». *Cadernos de Saúde Pública* 24 (1): 17-27. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X200800100003>.
- Foucault, Michel. (1976) 1994. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Traduzido por Pedro Tamen. Lisboa: Relógio D'Água.
- Gallo, Mona. 2016. «A case study of cross-dressing: Using a strategic therapy Lens in couple's counselling». *The Family Journal: Counselling and therapy for Couples and Families* 24 (1): 77-84. DOI: <https://doi.org/10.1177/1066480715615630>.
- Gergen, Kenneth (1994). «Exploring the postmodern. Perils or potentials?» *American Psychologist* 49 (5): 412-416. DOI: <https://doi.org/10.1037/0003-066X.49.5.412>.
- Goodman, Leo A. 1961. «Snowball sampling». *The Annals of Mathematical Statistics* 32 (1): 148-170. DOI: <https://doi.org/10.1214/aoms/1177705148>.
- Grave, Rita, João Manuel Oliveira, e Conceição Nogueira. 2017. «Limbo da normatividade: reflexões sobre o género humano nas experiências de cross-dressing». In *Gêneros e Sexualidades: Intercções e Tangentes*, organizado por João Manuel de Oliveira e Lígia Amâncio, 141-156. Lisboa: Centro de Investigação e de Intervenção Social (CIS-IUL).
- Halberstam, Judith. 1998. *Female masculinity*. Durham, NC: Duke University Press.
- Halberstam, Judith. 2005. *In a queer time and place – transgender bodies, subcultural lives*. New York: New York University Press.
- Junior, Jorge Leite. 2012. «Transitar para onde? Monstruosidade, (des)patologização, (in) segurança social e identidades transgéneras». *Estudos Feministas* 20 (2): 559-568. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200016>.
- Lev, Arlene Istar. 2004. *Transgender emergence: Therapeutic guidelines for working with gender-variant people and their families*. Binghamton, NY: Haworth Press.

- Louro, Guacira Lopes. 2001. «Teoria queer – uma política pós-identitária para a educação». *Estudos Feministas* 2:541-553. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200012>.
- Marques, António Manuel. 2011. *Masculinidade e profissões: discursos e resistências*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Muñoz, José Esteban. 1999. *Disidentifications: queers of color and the performance of politics*. London: University of Minnesota Press.
- Nogueira, Conceição. 2017. *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Salvador: Devires.
- Oliveira, João Manuel. 2012. «O rizoma ‘gênero’: cartografia de três genealogias». *e-cadernos CES* 15: 33-54. DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.962>.
- Oliveira, João Manuel. 2017. *Desobediências de gênero*. Salvador: Devires.
- Oliveira, João Manuel, Carlos Gonçalves Costa, e Nuno Santos Carneiro. 2014. «Problematizando a Humanidade: Para uma psicologia crítica feminista queer». *Annual Review of Critical Psychology* 11: 59-77.
- Platero, Lucas. 2014. *Trans*sexualidades: Acompañamiento, factores de salud y recursos educativos*. Barcelona: Bellaterra.
- Preciado, Beatriz. 2011. «Multidões queer: notas para uma política dos ‘anormais’». *Estudos Feministas* 19 (1): 11-20. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000100002>.
- Santos, Ana Cristina. 2018. «Heróis no armário: homens trans* e pessoas não binárias prestadoras de cuidado. *ex aequo* 38: 33-47. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2018.38.03>
- Santos, Ana Lúcia. 2013. «Para lá do binarismo? O intersexo como desafio epistemológico e político». *Revista Crítica de Ciências Sociais* 102: 3-20. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.5421>.
- Schippers, Mimi. 2007. «Recovering the feminine other: masculinity, femininity, and gender hegemony». *Theory and Society* 36: 85-103. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11186-007-9022-4>.
- Scott, Joan. 1988. «Deconstructing equality-versus-difference: Or, the uses of poststructuralist theory for feminism». *Feminist Studies* 14 (1): 32-50. DOI: <https://doi.org/10.2307/3177997>.
- Sedgwick, Eve. 1990. *Epistemologies of the closet*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Segal, Lynne. 1999. *Why feminism? Gender, psychology, politics*. Cambridge: Polity.
- Souza, Eloisio Moulin, e Alexandre de Pádua Carrieri. 2010. «A analítica queer e seu rompimento com a concepção binária de gênero». *Mackenzie* 11 (3): 46-70. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-69712010000300005>.
- Spargo, Tamsin. 1999. *Foucault y la teoria queer*. Barcelona: Gedisa.
- Warner, Michael. 1991. «Introduction: fear of queer planet». *Social Text* 29: 3-17.
- Welzer-Lang, Daniel. 2001. «The construction of the masculine: Women’s domination and homophobia». *Estudos Feministas* 9 (2): 460-482. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200008>.
- West, Candace, e Don H. Zimmerman. 1987. «Doing gender». *Gender and Society* 1 (2): 125-151. DOI: <https://doi.org/10.1177/0891243287001002002>.
- Wengraf, Tom. 2004. *The biographic-narrative interpretive method (BNIM) – Shortguide*. Manuscrito não publicado. Disponível através de tom@tomwengraf.com.
- Wengraf, Tom. 2015. *Quick outline sketch of BNIM*. Manuscrito não publicado. Disponível através de tom@tomwengraf.com.
- Wittig, Monique. 1990. The straight mind. In *Out there: Marginalization and contemporary cultures*, organizado por Russell Ferguson, Martha Gever, Trinh T. Minh-ha, e Cornel West, 51-57. New York: The MIT Press.

Wittig, Monique. 2006. *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Barcelona: Egales.

Rita Grave. Mestre em Psicologia pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, bolsista de investigação na mesma instituição com bolsa de Doutoramento em Psicologia pela FCT. Licenciada em Ensino Básico – 1.º Ciclo pelo Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho.
Correio eletrónico: aritagrave@gmail.com

João Manuel de Oliveira. Professor Visitante Associado na Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil. Trabalha no campo de Estudos de Género, Estudos Críticos de Sexualidade, Teoria Feminista e Teoria Queer. Doutor em Psicologia Social. Investigador do Centro de Investigação e Intervenção Social do Instituto Universitário de Lisboa, Portugal.
Correo electrónico: joao.m.oliveira@gmail.com

Conceição Nogueira. Doutora em Psicologia Social pela Universidade do Minho. Professora Associada com Agregação na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Atua na área de Ciências Sociais com ênfase em Psicologia Social e nesta no domínio dos Estudos de Género e Sexualidades.
Correio eletrónico: cnogueira@fpce.up.pt

Artigo recebido a 11 de abril de 2018 e aprovado para publicação a 7 de janeiro de 2019.